

JOSÉ DA SILVA LISBOA: UM ECONOMISTA POLÍTICO CONTROVERTIDO, MAS ESQUECIDO

José Flávio PEREIRA*

RESUMO

José da Silva Lisboa, mais conhecido como Visconde de Cairu (1756-1835), foi o primeiro economista político brasileiro. Após formar-se em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, em 1779, volta ao Brasil e entrega-se ao estudo e à divulgação da economia política clássica. Sob a influência deste importante ramo da ilustração européia, exerceu uma vida política e literária bastante ativa, combativa e polêmica. Isto atraiu aprovações e reprovações tanto de seus contemporâneos como de seus pósteros. As controvérsias teóricas e políticas criadas em torno de sua pessoa estão a exigir outros estudos, que venham lançar nova luz sobre os pontos mais polêmicos desse debate e mostrar a importância inquestionável de sua vasta obra para a história do Brasil.

Palavras-chave: Visconde de Cairu, economia política, Adam Smith, história do Brasil, questões brasileiras.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo, com este trabalho, é fornecer uma rápida noção da maneira como Cairu e sua obra estão inseridos na história

(*) Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Mestrado em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, Câmpus Universitário, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil. E-Mail: rsetoguti@wnet.com.br.

brasileira. Duas coisas nos motivam para esta tarefa: mostrar a importância deste economista político ilustrado para a memória histórica brasileira e, conseqüentemente, a necessidade de uma retomada de seu estudo por parte de historiadores e economistas.

Mas qual é a importância de Cairu e por que devemos retomar o estudo de sua obra e de sua militância política?

A sua importância pode ser medida, fazendo uma rápida incursão pela história brasileira nos fins do século dezoito e inícios do dezenove. Encontraremos, ali, inúmeros testemunhos da ativa participação teórico-política de Cairu nos eventos históricos luso-brasileiros. Ele deixou sua marca nos grandes acontecimentos daquele momento¹ atuando de várias maneiras: publicando obras de economia política, fazendo discursos no parlamento, escrevendo nos jornais, assessorando Dom João VI, etc.

Os livros e os discursos de Cairu chamam a nossa atenção por duas razões.

Primeira, porque revelam a existência de uma íntima relação entre as questões brasileiras e as questões da economia política, relação essa nem sempre aceita e explorada a fundo por historiadores e economistas.

Segunda, porque expressam fielmente os grandes debates e combates teórico-políticos acontecidos no momento do estabelecimento das bases gerais do Estado Nacional brasileiro.

Observamos, apesar disso, que a obra geral de Cairu não recebeu muita atenção dos estudiosos da história brasileira. Ou seja, apesar de expressar as questões de um conturbado período de nossa história e de suscitar grandes controvérsias político teóricas entre seus contemporâneos e seus pósteros, a obra cairuniana permanece como uma grande desconhecida do grande público e dos estudiosos em geral.

Com este trabalho, esperamos contribuir para resgatar a obra e a militância política de Cairu e, dessa maneira, abrir caminho para uma reavaliação de sua participação no processo de consolidação do Estado Nacional brasileiro.

⁽¹⁾ Abertura dos portos às nações amigas (1808), independência brasileira (1822), Assembléia Constituinte de 1823, abdicação de D. Pedro I (1831), entre outros acontecimentos.

O texto está dividido em três partes.

Primeiramente, apresentamos algumas informações sobre a época e a trajetória teórica e política de Cairu.

Em seguida, tratamos do relacionamento de Cairu e sua obra com os contemporâneos.

Na terceira e última parte, apresentamos um rápido inventário dos estudos sobre a obra cairuniana que foram produzidos até o momento.

TRAJETÓRIA TEÓRICA E POLÍTICA DE CAIRU

José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu, nasceu na Bahia em 15 de julho de 1756 e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835.

Embora as informações sobre sua origem familiar e seus primeiros anos sejam um tanto controversas, sabe-se que fez os estudos secundários no *Colégio dos Carmelitas*, na província baiana. Ali, adquiriu, com distinção, sólida formação clássica em Letras, Gramática Latina, Música e Filosofia Racional.

A seguir, seu pai o envia a Portugal para concluir sua formação acadêmica. Inicialmente, no ano de 1773, em Lisboa, frequenta aulas de retórica com o célebre professor português Pedro José da Fonseca. No ano seguinte, 1774, parte para a Universidade de Coimbra, onde se matricula nos cursos jurídico e filosófico.

Estudioso das Sagradas Escrituras nas versões hebraica e grega, obtém sólidos conhecimentos nessas duas línguas, o que lhe dá condições de, no ano de 1778, vencer concurso público para reger as cadeiras dessas duas línguas, na própria Universidade de Coimbra.

Finalmente, em 1779, obtém o título acadêmico de bacharel em direito canônico e filosofia.

A seguir, após uma breve passagem por Lisboa, onde tenta, sem sucesso, entrar para a magistratura, retorna à Bahia. Lá chegando, é logo nomeado para regente titular da cadeira de filosofia racional e moral na cidade da Bahia, atividade que exerce durante vinte anos, ou seja, até 1797.

Nesse mesmo ano, viaja novamente a Lisboa e é nomeado, pelo então Príncipe Regente, depois Dom João VI, para o cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção do Comércio e da Agricultura da Cidade da Bahia. Nesta função, fica até 1808, quando se transfere para o Rio de Janeiro acompanhando a comitiva da Família Real portuguesa, quando aqui ela aportou fugindo da invasão napoleônica em Portugal.

Embora a esta época já fosse conhecido e respeitado nos meios jurídicos e letrados por causa da publicação dos *Princípios de direito mercantil* (1798) e dos *Princípios de economia política* (1804), é, sobretudo, a partir de 1808 que adquire grande notoriedade e prestígio.

Nesse ano, ao chegar ao Rio de Janeiro como um economista político e jurista de notório saber, é imediatamente nomeado, pelo monarca português, professor titular de uma cadeira de economia política criada especialmente para ele. No decreto de sua nomeação, o Príncipe Regente já explicita qual seria sua tarefa à frente desta cátedra: *melhor* instruir os *vassallos* luso-brasileiros nos *princípios* da economia política para que eles possam colocá-los em *prática* e, assim, *servir* ao seu soberano *com mais vantagem* (Brito, 1923: 187).

Ao que se sabe, porém, Cairu não chegou a ministrar sequer uma única *aula pública* de economia política. Assinalou um contemporâneo que isto se deveu à oposição dos *inimigos da luz*, os quais erigiram *um muro de bronze*, objetivando impedir a *difusão* dos princípios econômicos que poderiam abrir o caminho para a reforma da economia brasileira (Brito, 1923: 131).

Este revés, entretanto, não desviou Cairu da trajetória que o conduziria a uma posição de proeminência política nos acontecimentos do início do século.

Após ver reduzido seu campo de atuação política no âmbito acadêmico, passa a se dedicar, com maior ênfase, à atividade de publicista das propostas liberais de reforma da sociedade brasileira. Esta atividade passa a ser exercida juntamente com a função de Deputado do Tribunal da Junta de Comércio do Brasil e Domínios Ultramarinos, cargo para o qual é nomeado, ainda em 1808.

É associado aos acontecimentos de 1808/1810, especialmente ao evento da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, que o

nome de Cairu vai adquirir uma relativa celebridade na história brasileira. Isso se deve à sua atuação enquanto teórico formulador e defensor da liberdade comercial e à sua atuação prática como conselheiro junto ao monarca português para assuntos relativos à reforma da sociedade brasileira.

Ficaram-nos, para atestar a atuação de Cairu neste momento, além dos testemunhos de seus contemporâneos e dos documentos imperiais, dois de seus mais importantes livros, os quais são bastante reveladores não apenas do seu grau de conhecimento das questões brasileiras, mas igualmente do seu enorme engajamento teórico e político no projeto de reforma liberal patrocinado pelo monarca português. Falamos, aqui, das *Observações sobre o comércio franco no Brasil* (1808/1809) e das *Observações sobre a franqueza de indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil* (1810).

Cairu foi, ainda, atuante Deputado da Assembléia Geral Constituinte de 1823, ocasião em que pronunciou vários discursos polêmicos para se posicionar sobre os mais diferentes assuntos que eram colocados em discussão. Foi, também, Senador do Império, nos anos de 1826 a 1834, cargo este também ocupado de maneira bastante ativa e polêmica.

Pelo exposto até o momento, podemos perceber que Cairu teve uma vida pública bastante rica e cheia de alternativas, exercendo, muitas vezes simultaneamente, atividades políticas, administrativas, docentes, judiciárias e de homem de letras.

Embora tenha sido um homem público, é principalmente a condição de homem letrado que lhe garantiu notoriedade na galeria dos grandes vultos da história brasileira.

De fato, sua agitada vida pública não o impediu de produzir uma vasta obra, cujo conteúdo versava sobre os mais variados assuntos: jurisprudência, seguros, religião, moral, política, história, filosofia e, principalmente, economia política. Fazemos questão de dizer que sua obra tratava, principalmente, da economia política porque, sempre que era chamado a examinar qualquer um dos assuntos acima mencionados, o fazia de maneira a levar a análise e a reflexão para o campo da própria economia política.

É, portanto, principalmente na condição de economista político que Cairu se inscreve nesse movimento histórico teórico-prático, denominado genericamente de *ilustração*, que constitui a marca registrada do século dezoito e que não deixa de se estender até os inícios do dezenove (Novais, 1984).

Embora não tenha sido, conforme já vimos, um *estrangeirado*, isto é, um pensador luso-brasileiro que houvesse buscado a ilustração nos centros mais avançados de sua irradiação, França e Inglaterra, mas um pensador que adquiriu formação intelectual em Portugal mesmo, deixou-nos uma vasta obra cuja característica fundamental é, sem dúvida, uma estreita afinidade com um dos mais importantes ramos da *ilustração* na sua versão mais ortodoxa e clássica: a economia política inglesa de Adam Smith.

Sua obra vai apresentar, à sua maneira, aquilo que, naquele momento, é comum nas obras do gênero: a crítica contundente das instituições, leis e costumes semifeudais da sociedade do *Antigo Regime* e, ao mesmo tempo, uma proposta de reforma social inspirada nas idéias da *ilustração*.

Dizemos que Cairu vai expressar, à sua maneira, tanto a crítica do *Antigo Regime* como uma proposta de reforma social, porque o que caracteriza sua obra não é aquele *ecletismo* que domina a maior parte dos autores ilustrados luso-brasileiros, principalmente os chamados *memorialistas* da Academia Real de Ciências de Lisboa.

Nesses pensadores, como em muitos estadistas portugueses daquele momento, como Marquês de Pombal, por exemplo, geralmente se misturavam as idéias fisiocráticas, as idéias mercantilistas e a economia política clássica inglesa. Tal mistura desembocava num sistema econômico, político e social essencialmente *ecletico*: o *mercantilismo ilustrado* (Novais, 1984: 108).

Em Cairu, não veremos manifestar-se esse *ecletismo*. Sua obra é, ao contrário, conforme ele próprio não se cansa de repetir, uma fiel depositária daquilo que constitui a essência da economia política clássica smithiana, que é a concepção de trabalho humano mais geral e universalista. Cairu não restringe a produção da riqueza à agricultura, como professavam os fisiocratas, ou à manufatura, como queriam os

colbertianos, ou, finalmente, ao comércio, como queriam os mercantilistas.

A obra cairuniana expressa, na verdade, uma luta de seu autor em prol da reforma do governo econômico da monarquia como muitas outras obras *ilustradas* daquele momento, mas com uma diferença fundamental em relação a elas: tal projeto de reforma inspira-se, como já dissemos inicialmente, na ortodoxia política, econômica e social da economia política de Adam Smith.

Por isso, o que encontramos nos textos cairunianos é, ao invés de uma disposição no sentido da conciliação com os sistemas e práticas restritivos da atividade econômica - fisiocracia, mercantilismo etc. -, uma intenção de lutar pela ampliação da liberdade produtiva e comercial até o limite máximo possível, isto é, até o ponto em que tal liberdade não comprometa a segurança do estado monárquico ilustrado.

O importante a observar aqui é que Cairu sempre sustentava tal postura teórica e política - seja nos livros ou nos discursos proferidos no parlamento - de maneira bastante arrebatada, corajosa e resoluta.

Para tal maneira de sustentar suas posições existe uma explicação: Cairu considerava ter, na qualidade de economista político liberal, uma tarefa política a cumprir no sentido de combater e criticar tudo aquilo que representasse embaraços ou desestímulos ao crescimento da opulência, da prosperidade e do nível de civilização da sociedade (Cairu, 1828; Cairu, 1956).

CAIRU E OS CONTEMPORÂNEOS

É bem provável que tal postura política não conciliatória e aguerrida tenha contribuído para lhe granjear mais hostilidade e críticas do que elogios e adesões entre seus contemporâneos.

Existem, é verdade, na literatura da época, várias referências elogiosas à pessoa e à obra de Cairu.

Exemplo digno de nota, aqui, é o testemunho do célebre desembargador e economista político liberal João Rodrigues de Brito. Em 1807, convidado pelo governo baiano a opinar sobre as condições

econômicas da província, diz, explicitamente, que o marasmo desta e de outras províncias brasileiras somente seria superado a partir de um plano de reforma que, à luz dos *ditames* teóricos de Cairu, viesse a remover os *obstáculos* que emperravam a produção e o comércio no Brasil (Brito, 1923: 131).

Outro exemplo que pode ser lembrado aqui é o testemunho dado pelo jornalista Hipólito José da Costa, editor do *Correio Brasiliense*, célebre jornal liberal que era impresso em Londres. Chamado a emitir seu julgamento sobre a publicação de um dos mais importantes livros de Cairu, as *Observações sobre o comércio, franco no Brasil*, disse, na ocasião, que era com prazer além de ordinário que anunciava ao mundo a primeira obra impressa no Brasil (Lima Sobrinho, 1974: 32/41).

O apreço de Hipólito José da Costa por Cairu aparece, inclusive, na maneira como ele expressa sua discordância em relação ao livro. Afirmava que se sentia bastante à vontade para discordar dele, justamente, porque era movido, em sua análise, não por uma prevenção teórica e pessoal contra Cairu, mas sim pelo *respeito* que a *reputação* e os *conhecimentos jurídicos* deste último lhe inspiravam.

Henry Koster, viajante inglês de orientação liberal que aqui esteve no início do século XIX, também emitiu julgamentos aprovativos em relação a Cairu. Mais precisamente, procurou justificar e defender, perante o público, a moderação e a prudência de Cairu no combate ao tráfico de escravos. Na sua opinião Cairu, teria falado *contra o tráfico tão longe quanto as circunstâncias* daquele momento o permitiam (Koster, 1942: 540).

Todavia, como já assinalamos acima, não foi este estado de espírito favorável e aprovativo que predominou entre a maior parte dos contemporâneos de Cairu. Na maioria das referências sobre ele, encontramos não só julgamentos reprovativos à obra mas também muitos ataques ácidos e pejorativos à sua pessoa.

A razão disto tudo deve ser atribuída, conforme já salientamos anteriormente, seja à postura não conciliatória em relação aos sistemas e práticas restritivas da atividade econômica da sociedade, seja ao seu monarquismo, seja, finalmente, à maneira arrebatada e aguerrida com que Cairu defendia seu posicionamento.

De fato, as críticas e restrições à sua pessoa e à sua obra partiam de autores e políticos comprometidos com os mais variados interesses e projetos políticos.

Elas partiam, por exemplo, daqueles que reivindicavam a substituição da liberdade de comércio e indústria, instituída com a reforma joanina, por uma política de proteção da indústria e da manufatura nacionais.

É o caso de João Severiano Maciel da Costa que, mesmo sem fazer uma referência direta e explícita a Cairu, deixa elementos suficientes para que possamos perceber que o alvo de suas críticas são as proposições liberais cairunianas (Costa, 1988: 23/24). De fato, quem já teve a oportunidade de ler dois dos mais importantes escritos de Cairu, as *Observações sobre o comércio franco no Brasil* e as *Observações sobre a franqueza de indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*, perceberá neles o pretexto ou estímulo para João Severiano vir a público defender uma política de proteção à indústria brasileira.

Tais escritos serviram de pretexto para João Severiano, porque é justamente neles que Cairu apresenta sua tese acerca do estabelecimento da indústria no Brasil de maneira sistematizada e explícita.

Entretanto, embalado pelo clima de luta apaixonada que dominou a discussão dessas questões naquele momento, João Severiano chega a certas conclusões a respeito das concepções de Cairu a que, num clima de discussão mais ameno e sereno, talvez não chegasse.

Em várias passagens de sua *Memória* sobre a escravidão, Severiano sugere-nos, por exemplo, que pertencia a Cairu a tese de que o Brasil não deveria *ocupar-se tão cedo da indústria* e sim dedicar-se, durante *ainda muito tempo*, à atividade produtiva *puramente agrícola*.

Ora, sem pretendermos aprofundar a discussão de uma questão que poderá ser tratada satisfatoriamente somente num trabalho à parte, é preciso assinalar, porém, que não encontramos, nos dois livros de Cairu citados acima, nenhum indício de que eles sejam exclusivamente favoráveis a atividade produtiva agrícola em detrimento da atividade produtiva industrial no Brasil.

Na verdade, o que pudemos perceber, nestes dois livros, é que Cairu era contra apenas o estabelecimento das chamadas *fábricas refinadas* ou de *luxo* pelo caminho *forçado e antinatural*, isto é, por meio

da proibição da concorrência do similar estrangeiro e por meio do amparo pecuniário do Estado brasileiro aos empreendedores nacionais. Isto não quer dizer, portanto, que ele fosse desfavorável à produção industrial no Brasil. Pelo contrário, Cairu não deixa de frisar, explicitamente, que é favorável a qualquer forma de trabalho produtivo, seja ele agrícola ou industrial-manufatureiro. No que se refere, porém, à esta última atividade entre nós, considerava suas possibilidades segundo condições determinadas. Os ramos dessa atividade a serem fomentados deveriam ser aqueles mais ligados à agricultura, transporte e navegação. Ou seja, seriam aqueles ramos mais grosseiros e que, por isso, encontrariam mais facilidades para vingar pelos caminhos naturais, dado o relativo atraso das condições sociais brasileiras, naquele momento.

Esses esclarecimentos de Cairu não foram suficientes, entretanto, para evitar que o público passasse a identificá-lo, a partir da publicação do escrito de João Severiano, como um partidário da idéia de que o Brasil, enquanto *nação principiante*, deveria se ocupar, por muito tempo ainda, da *agricultura exclusivamente* (Costa, 1988: 24).

Mas é preciso registrar que, apesar das sérias discordâncias de João Severiano em relação às concepções de Cairu, suas idéias eram sempre expressas num tom cordial, respeitoso e ponderado.

O mesmo podemos dizer de John Armitage, agente comercial e escritor inglês que viveu no Brasil na primeira metade do século passado. A seus olhos, Cairu era considerado como um homem de idéias religiosas e políticas atrasadas de um século pelo menos e que se exprimia, na vida pública, com demasiada violência e fanatismo. Em termos pessoais e no trato privado, Cairu era, porém, de uma integridade sem mancha, amável e de muita erudição².

(2) (Armitage, 1981:189) Um aspecto curioso é digno de nota a respeito deste autor. Ele diz, no Prefácio, que espera chegar a um conhecimento perfeito dos fatos da história brasileira daquele momento para, a partir disso poder tirar enquanto comerciante estrangeiro, vantagens do ponto de vista comercial. Entretanto, do primeiro ao último capítulo, faz um completo silêncio seja sobre a doutrina econômica liberal de Cairu, seja sobre sua militância prática como articulador e defensor de medidas reformistas econômicas de cunho liberal, medidas estas que interessavam diretamente ao comércio inglês. Contraditoriamente, o autor não deixa de fazer longos comentários elogiosos sobre as concepções econômicas liberais de Bernardo de Vasconcellos, o qual, como se sabe, ficou longe de ter produzido uma obra econômica liberal do porte da obra de Cairu.

Nem todos os adversários teórico-políticos de Cairu comportavam-se, entretanto, segundo o estilo respeitoso de João Severiano e John Armitage. Ao contrário, muitos deles - senão a maioria - referiam-se à sua obra e à sua pessoa num tom freqüentemente pejorativo e depreciativo.

Este é o caso típico de Cipriano Barata (1762/1838), que se notabilizou pela defesa intransigente de um liberalismo político radical bastante próximo do jacobinismo e pelo ataque, muitas vezes pessoal, aos monarquistas liberais moderados em geral e especialmente a Cairu.

É muito conhecida entre os estudiosos do Primeiro Reinado a seguinte referência depreciativa de Cipriano Barata à pessoa e à família de Cairu:

...eu conheci como as palmas das minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos rotos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rotas e chinelos, o qual depois, vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai deste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e rota; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bambaquerê atado na cabeça, o qual também lhe fazia vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão deste e tio daquele, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si moleques, que o apupavam, etc. (Vianna, 1945: 442)

Acreditamos que este trecho dispensa comentários, já que é, por si só, bastante revelador do ódio e da animosidade que movia Cipriano Barata nos confrontos políticos com Cairu. Todavia, não é demais destacar que nele Cairu recebe, além dos ataques pessoais, a acusação de traidor da Pátria³.

⁽³⁾ Parece, no entanto, que tal animosidade política não era unilateral da parte de Cipriano Barata. Tão carregado devia ser o clima político entre os dois que Cairu também não deixou de lhe desferir ataques virulentos e depreciativos em algumas ocasiões. Numa destas ocasiões, por exemplo, Cairu diz o seguinte: Sem dúvida, todos os Proprietários, e homens bons, detestão ao dito novelista Barata, que, pelo seu conhecido caráter, é pessoa, que não dá nem tira direito a ninguém, e pelo nome, só desempenha a má qualidade do inseto, que ataca as livrarias. E logo a seguir, Cipriano Barata é classificado como Escritor de Baratarias, isto é, como escritor fraudulento e ladrão. (Diário da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil (1823), 1973:379).

Os ataques malévolos e pejorativos contra Cairu e outros liberais monarquistas mais moderados não provieram, como já adiantamos, apenas de liberais radicais como Cipriano Barata. Políticos que, de maneira nenhuma, poderiam ser identificados com posições jacobinas, como era o caso de José Bonifácio⁴, também externavam seu ódio contra Cairu.

Conforme atesta Hélio Vianna, mesmo aquele notório e célebre monarquista publicou versos satíricos sobre Cairu, atacando-o tanto como pessoa, como homem de letras. Eis um exemplo:

*Fração de gente, charlatão idoso,
Que abocanha no grego, inglês, hebraico,
Mas sabe bem a língua de cabinda
E o pátrio bororó e mais o mouro,
Que escreve folhetos a milhares,
Que ninguém lê, porque ninguém o entende,
Por mais que lhe dê títulos diversos.*⁵

Seria, todavia, cansativo e desnecessário prosseguirmos arrolando e comentando a origem e mesmo o teor de todas as hostilidades contra Cairu e sua obra. Mais proveitoso é frisar que este combate depreciativo constitui, na verdade, uma tendência teórico-política que já se esboça no momento em que Cairu publica seus primeiros escritos polêmicos e cresce à medida em que aumenta seu engajamento político na defesa dos pontos programáticos de seu projeto social inspirado na economia política ortodoxa⁶.

⁽⁴⁾ Outros três célebres políticos liberais teriam engrossado se bem que de forma mais moderada, a legião de opositores a Cairu nas décadas de 1820/1830: Evaristo da Veiga, Joaquim Gonçalves Ledo e Bernardo Pereira de Vasconcelos. (Vianna, 1945).

⁽⁵⁾ (Apud Hélio Vianna, 1945: 402, 444). Falando ainda dos ataques aviltantes, irônicos e maledicentes desferidos contra Cairu, Vianna assinala que Pasquinheiros anônimos, redatores de Jornalecos que viviam da intrigra política, como o Cabrito e O Burro Magro, chamavam-no "Visconde Jurista Jararaca" ou pretendiam ironizá-lo como "Charfariz das Ciências".

⁽⁶⁾ Conta-nos o filho e biógrafo de Cairu, Bento da Silva Lisboa, que, tendo um certo censor da Imprensa Régia sido chamado, em 1808, a dar seu parecer sobre um dos principais livros de seu pai, **Observações sobre o comércio franco no Brasil**, o mesmo teria escrito à margem do exemplar que lhe servira para a leitura o seguinte julgamento: É réu de Estado, merece pena capital. (Apud Valle Cabral, 1958: 21).

O desenvolvimento dessa tendência de oposição à pessoa e à obra de Cairu atinge seu ponto mais alto em 1831, quando, defrontando-se com adversários cada vez numerosos, chegou a ser apontado à pública execração, conforme assinala Helio Vianna. A radicalidade do ataque decorreu da maneira apaixonada com que Cairu, como publicista e parlamentar, defendeu suas posições nos importantes debates políticos daquele momento:

*Importantes foram as questões políticas em que então se envolveu. A lei abolindo os privilégios da primogenitura e dos vínculos, a reunião da Câmara e do Senado em 1830, a que tenazmente se opôs, os acontecimentos seguintes à abdicação do primeiro Imperador, os debates para a reforma constitucional, em que energicamente defendeu a vitaliciedade e as prerrogativas do Senado - foram algumas de suas últimas campanhas. Vencedor na primeira, vencido na segunda, apontado à pública execração depois da revolução de 7 de abril de 1831, passou a ser tido como **Caramuru** ou restaurador de D. Pedro I por adversários cada vez mais numerosos (Vianna, 1945: 442).*

Todos esses acontecimentos passam-se, conforme já foi assinalado, em 1831. No ano seguinte, 1832, já quase octogenário, cansado e doente, Cairu encerra sua carreira de escritor. Daí até sua morte, que ocorre em 1835, permanece como Senador do Império, mas sua figura vai desaparecendo progressivamente da cena política brasileira.

Intriga-nos, todavia, que o ódio por esse estadista não tenha sido passageiro, ao contrário do que aconteceu com muitas das figuras polêmicas de seu tempo. A característica de Cairu que prevalece é a imagem negativa construída por seus contemporâneos. A idéia de que ele era um político monarquista conservador, autoritário e defensor da restauração de D. Pedro I ficou mais fortemente arraigada na opinião pública do que aconteceu com a imagem de muitos outros contemporâneos que defenderam, na época, posições políticas semelhantes ou iguais às suas. É o caso, por exemplo, de José Bonifácio.

De fato, apesar de ter ajudado a fundar, em março de 1832, um núcleo do partido restaurador chamado *Sociedade Conservadora* e ter ajudado, ainda, a articular, em abril do mesmo ano, um malogrado

golpe de estado que visava à recondução de Dom Pedro I ao trono brasileiro - recondução essa interpretada na época como um passo na direção da recolonização do Brasil - José Bonifácio não deixou, contraditoriamente, de ser posteriormente agraciado com o título de *Patriarca da Independência Brasileira* (Prado Junior, 1980).

Cairu não recebeu o mesmo tratamento de seus pósteros. Após sua morte, não foi agraciado com título algum, nem recebeu qualquer outro tipo de *homenagem pública* em função de sua ativa participação nos eventos históricos do início do século XIX⁷.

Além disso, teve os principais livros de sua vasta obra reeditados bem poucas vezes. Basta lembrar que, nestes 150 anos que nos separam de sua morte, aconteceu apenas uma reedição de três de seus mais importantes livros, que são os *Princípios de economia política*, os *Estudos do bem comum e economia política* e a *Memória dos benefícios políticos de El-Rei Dom João VI* (Cairu, 1956; Cairu, 1975; Cairu, 1940).

Se há algo, portanto, que não passa despercebido ao estudioso da obra de Cairu é a maneira pela qual ele é inscrito na memória histórica brasileira: em cores bem fracas e discretas em comparação com o que aconteceu com os nomes de outras personalidades.

BIBLIOGRAFIA SOBRE CAIRU

Essa espécie de menosprezo parece estender-se, também, à forma pela qual Cairu e sua obra seriam tratados no mundo das letras, enquanto objetos de estudo de historiadores, economistas, comentaristas etc.

No século passado, se excetuarmos a publicação de algumas curtas biografias, alguns comentários e uma edição póstuma dos *Princípios de direito mercantil*⁸, parece ter reinado um quase absoluto silêncio sobre ele.

⁽⁷⁾ Na sua obra *Perfil de Cairu*, Vilhena de Moraes constata não só a quase completa ausência de homenagens públicas esporádicas ou permanentes à memória de Cairu, como também o lamentável desconhecimento da sua própria personalidade histórica, inclusive até mesmo do sítio onde repousavam, sem mármores nem epitáfios, as suas cinzas sagradas (Vilhena de Moraes, 1958: 5).

Nas três primeiras décadas deste século, o nome de Cairu foi um pouco mais lembrado, principalmente através de artigos jornalísticos e estudos biográficos que tentavam reabilitar sua figura na história brasileira. Entretanto, parece que isto não foi suficiente para resgatá-lo do ostracismo ao qual havia sido lançado. Tanto isso é verdade que, ainda em 1958, um estudioso da obra cairuniana, Vilhena de Moraes, vinha a público para dizer que Cairu era, até aquele momento, *um dos vultos mais ignorados e esquecidos na república das letras* (Vilhena de Moraes, 1958: 5).

Na verdade, Cairu e sua obra só passarão a receber mais atenção dos estudiosos a partir da década de 1960. Daí em diante, podemos constatar um sensível aumento da quantidade de trabalhos sobre a obra cairuniana. São rápidos comentários, ensaios, análises introdutórias e, ainda, um reduzidíssimo número de teses acadêmicas nas áreas de economia e história.

É inegável que, na origem de todos esses estudos, está a preocupação comum de resgatar Cairu do ostracismo em que se encontrava, mas a afinidade entre os estudiosos geralmente não vai além disso. Sua obra talvez esteja entre aquelas que mais controvérsias suscitam entre economistas, historiadores e comentaristas.

Alguns autores, por exemplo, julgam a obra de Cairu como um sistema teórico-político *conservador e passadista* que estava mais comprometido com *nosso passado rural e colonial* do que com as grandes transformações sociais em curso no século passado. O argumento principal do qual lançam mão para fundamentar tal tese é a oposição tímida e tolerante de Cairu em relação à estrutura colonial de produção e especialmente em relação à escravidão. Perfilam-se, nessa linha interpretativa, principalmente, os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda⁹, de Déa Fenelon¹⁰, de Antônio Penalves Rocha¹¹, entre outros.

(8) Referimo-nos, aqui, à edição prefaciada por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1874.

(9) Raízes do Brasil, Editora José Olympio, Rio de Janeiro: 1990 e História geral da civilização brasileira, tomo II: O Brasil monárquico, Vol. Primeiro: O Processo de Emancipação, Difel, São Paulo: 1982

(10) Cairu e Hamilton: um estudo comparativo, Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Belo Horizonte, 1973.

(11) O nascimento da economia política no Brasil, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1989.

Outros autores, ao contrário, convencidos do progressismo de Cairu, colocam-se num outro extremo interpretativo e procuram apontá-lo como *precursor* e *antecipador* de questões e teorias sociais específicas do século XIX. Este é o caso de Alceu Amoroso Lima¹², de Luis Nogueira de Paulo¹³ e de José Almeida¹⁴.

Preocupados que estão em demonstrar a *atualidade* e a ação teórica precursora de Cairu, estes autores passam a vê-lo como teórico do *pleno emprego keynesiano*, da *justiça social* e do *intervencionismo estatal* na produção e distribuição da riqueza nacional.

Podemos observar que o pressuposto teórico-político adotado por estes autores atualizadores para analisar a obra liberal de Cairu é, no fundo, a própria teoria keynesiana e sua doutrina social. Eles introjetam, portanto, as concepções de Keynes na obra de Cairu e passam, a seguir, a extrair conclusões keynesianas do seu próprio interior.

Existem, ainda, aqueles autores que procuram ver as idéias de Cairu como algo fora do lugar, ou seja, fora do *contexto brasileiro*. Antônio Pain¹⁵ é uma figura bastante representativa deste tipo de interpretação da obra de Cairu.

Apesar disso, porém, Pain está longe de considerar Cairu como um pensador *conservador e passadista*. Isso acontece porque, ao invés de julgar aquele economista como um autor voltado para o nosso *passado rural e colonial*, julga-o como um pensador cujas idéias estão muito avançadas para as condições históricas brasileiras.

Portanto, no seu julgamento, a obra de Cairu está, em face do *contexto brasileiro*, mais para um projeto ousado e *utópico* de reforma da sociedade brasileira do que para um projeto político voltado para a perpetuação de nosso *passado rural e colonial*.

(12) **Época, vida e obra de Cairu**. Conferência proferida em 1936, na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, e publicada, posteriormente, como estudo introdutório aos **Princípios de economia política**, de Cairu, Edição Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro: 1956.

(13) **Notas e comentários aos Princípios de economia política, de Cairu**, Edição Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro: 1956.

(14) **Atualidade das idéias econômicas do Visconde de Cairu**. Trabalho publicado como introdução aos Estudos do bem comum e economia política, de Cairu, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975 (Série Pensamento Econômico Brasileiro, 1).

(15) *Cairu e o liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1968 (Coleção Os brasileiros).

Fazem parte, finalmente, desse rol heterogêneo de estudiosos, aqueles autores que procuram demonstrar o caráter progressista e avançado da obra cairuniana sem, no entanto, deslocá-la do contexto histórico em que foi produzida, ou seja, sem procurar *atualizá-la* e sem vê-la como algo *utópico e fora do lugar*. Inserem-se, nessa linha analítica, a antologia comentada de Darcy Carvalho¹⁶ e o estudo de nossa autoria¹⁷, concluído recentemente.

Darcy Carvalho esclarece que uma das principais razões que o movem a estudar Cairu é o grande debate contemporâneo sobre a questão do subdesenvolvimento versus desenvolvimento. Ele demonstra, assim, que também está levemente influenciado pela concepção atualizadora. Tal influência revela-se quando afirma, numa curta passagem de seu livro, que na obra de Cairu já se encontra a perfeita consciência do problema do emprego e desemprego equacionado em terminologia atualíssima (Carvalho, 1985: 277).

Apesar disso, o que notamos de mais marcante no estudo de Darcy Carvalho é a preocupação de situar historicamente Cairu e, ao mesmo tempo, caracterizá-lo como um economista desenvolvimentista comprometido com a prosperidade e o bem-estar material geral. Na sua opinião, portanto, a liberdade industrial e comercial proposta por Cairu não poderia, como assinalavam outros autores, ser considerada como um mero instrumento de atendimento dos interesses exclusivistas dos proprietários de terras escravistas brasileiros do século XIX (Carvalho, 1985).

Nosso trabalho, como já assinalamos, tende a aproximar-se do trabalho de Darcy Carvalho no sentido de procurar demonstrar, também, que o que garante caráter progressista à obra de Cairu é o fato de ser uma obra comprometida com o desenvolvimento da riqueza e da prosperidade das nações.

Todavia, as semelhanças entre as duas análises param por aí.

(16) Desenvolvimento e livre-comércio. (As idéias econômicas e sociais do Visconde de Cairu. Um estudo de história do pensamento econômico brasileiro), São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1985.

(17) José Flávio Pereira. *Cairu revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado em História Social).

Nosso estudo não é uma antologia comentada da obra de Cairu, como é o caso do trabalho de Carvalho. Procuramos, ao contrário, fazer uma análise mais ampla e detalhada do arcabouço interno da obra cairuniana visando a dois objetivos: primeiramente, mostrar suas estreitas ligações com a economia política ilustrada de Adam Smith e, em seguida, demonstrar a maneira não dogmática através da qual Cairu faz a transposição do sistema teórico smithiano para o ambiente histórico brasileiro.

Por isso, nossa análise desenvolve-se em duas etapas.

Primeiramente, ao analisarmos suas bases teóricas gerais, concluímos que a questão fundamental da obra de Cairu é, rigorosamente, a mesma da economia política de Adam Smith, a saber: investigar a *natureza e as causas da riqueza das nações*.

Nessa ordem de raciocínio, demonstramos que a sua primeira preocupação é definir riqueza nacional como a *abundância das coisas necessárias, cômodas e gratas à vida que pertencem a algum Estado*.

Sua preocupação seguinte é indicar as *causas* que podem ou não contribuir para o aumento dessa *riqueza geral*, que é a condição *sine qua non* para a sociedade atingir um estágio mais avançado de opulência e civilização. Mostramos, com efeito, que essa é sua principal preocupação enquanto economista político e pensador.

Assim, o que distingue Cairu não é o fato de afirmar *vagamente*, como fizeram muitos autores, que as *Fontes da Riqueza dos Estados* estão localizadas, ao mesmo tempo, na *Agricultura, no Comércio, nas Fábricas e na Navegação*. Mostramos, ao contrário, que o que diferencia Cairu de seus pares é o fato de levar tal questão até suas últimas conseqüências e esclarecer, portanto, que tão importante quanto afirmar onde se localizam as *Fontes* gerais da riqueza da sociedade, é reconhecer que elas têm que ser *desobstruídas e perenes*.

Pois bem, julgamos que é justamente pelo fato de Cairu se preocupar com a questão da *desobstrução das Fontes das Riquezas dos Estados* que sua obra ocupa um lugar bastante singular e original no contexto teórico geral do reformismo liberal ilustrado. Em contraposição à considerável parte dos teóricos reformistas ilustrados, a preocupação de Cairu revela-se, assim, como um produto teórico-político

comprometido não com a pobreza, mas sim com a riqueza dos homens.

Revelamos, assim, que a obra cairuniana se constrói em oposição a duas coisas.

De um lado, opõe-se à economia política rousseauiana porque esta procura, segundo o próprio Cairu, fundamentar um projeto romântico de reforma social espelhado no padrão de homem primitivo, selvagem e pobre.

De outro lado, opõe-se a todas as instituições e sistemas teóricos considerados *antinaturais* que embaraçam e desestimulam o crescimento da riqueza, a saber: *as instituições feudais, a Fisiocracia, o Sistema Mercantil e a Lei dos Pobres.*

É, pois, a partir dessas considerações que chegamos à conclusão de que Cairu assumiu, na sua época, uma postura progressista no sentido de lutar pela consolidação das relações sociais burguesas no momento em que estas se constituíam em oposição às instituições *semifeudais e mercantilistas do Antigo Regime.*

Na segunda etapa de nosso estudo, como já dissemos, objetivamos mostrar a maneira pela qual Cairu analisa as questões brasileiras.

Revelamos, ali, que, ao tratar dessas questões, Cairu adota dois níveis de abordagem.

Num primeiro momento, ele se restringe a arrolar, de maneira doutrinária, as doze causas naturais do desenvolvimento da *Ativa Indústria* no Brasil.

Mostramos, ainda, que, ao passar à análise dessas causas, Cairu se comporta de maneira curiosa: quer sustentar uma crítica radical e contundente em relação às instituições consideradas *antinaturais*, mas esbarra e se sente amarrado pelos limites que lhe são impostos pelas condições históricas brasileiras.

Tal situação pode ser notada especialmente no momento em que Cairu analisa a questão das instituições feudais relacionadas à propriedade da terra e a questão da abolição da escravidão.

No que tange à questão das instituições feudais ligadas à terra, mostramos que ele diminui o ímpeto da crítica justamente porque

acredita que no Brasil, a rigor, não existiam, como na Europa, aquelas instituições que impediam a livre circulação da propriedade da terra e a racionalização da produção agrícola, como era o caso da primogenitura e do morgadio.

No que se refere à escravidão, assinalamos que a postura de Cairu é mais curiosa ainda, justamente, pelo fato de que seu discurso é um misto de ataques contundentes e afirmações abrandadas e conciliatórias em relação ao trabalho escravo.

Isto se explica, segundo nossa análise, por que, no tratamento da questão da escravidão, Cairu se moveria dentro de uma grande contradição.

De um lado, por uma questão de fidelidade teórica aos postulados da economia política, ele não doura as palavras quando se trata de apontar a escravidão como um sério obstáculo ao desenvolvimento da Ativa Indústria no Brasil.

De outro lado, porém, ele é obrigado a adotar duas atitudes, uma política e outra teórica, que contrastam com essa sua visão doutrinária negativa a respeito da escravidão.

No terreno político, mostramos que, depois de reconhecer publicamente a impossibilidade prática da adoção imediata do trabalho livre sem se correr o risco da desorganização política e produtiva do Brasil, Cairu procura conciliar com a escravidão. Mas mostramos, também, que ele não deixa dúvidas de que esta é uma conciliação passageira imposta pelas próprias condições históricas concretas do Brasil no século XIX. A abolição definitiva e total da escravidão continua a ser uma meta a ser atingida num futuro próximo.

No terreno teórico, demonstramos que Cairu não dogmatiza a tese da economia política que associa escravidão com a impossibilidade do desenvolvimento da indústria. Isso se comprova, nos momentos em que ele diz explicitamente que as *Fábricas que mais convêm ao Brasil* no início do século XIX são aquelas associadas à *Agricultura, Comércio, Navegação e Artes da geral acomodação do povo*. Concluimos, a partir dessa afirmação, que Cairu julgava perfeitamente possível estabelecer indústrias mais grosseiras no Brasil do século passado, apesar da escravidão.

Frente, portanto, a tudo isso, é que fomos levados a concluir que, a respeito das questões brasileiras, Cairu mantém, em termos essenciais, aquela sua postura progressista que se revela no exame das questões gerais da sociedade burguesa. Ou seja, concluímos que ele não deixa de, a partir de uma inspiração realista e não dogmática nos postulados da economia política ortodoxa, se colocar na perspectiva do crescimento da riqueza e da consolidação da sociedade burguesa no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMITAGE, J. *História do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1981.
- BRITO, J.R. *A economia brasileira no alvorecer do século XIX: um inquérito econômico nos tempos da colônia*. Coleção estudos brasileiros. Salvador: Progresso, 1923.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico. O processo de emancipação*. São Paulo: Difel, 1982, t. 2, v. 2.
- BUARQUE DE HOLLANDA, S. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Carta à Domingos Vandelli descrevendo a Bahia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958, v. 42.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Discursos parlamentares. Diário da assembléia legislativa e constituinte do império do Brasil: 1823*. Brasília: Senado Federal, 1973.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Discursos parlamentares. Anais do Senado*. Rio de Janeiro, [18-] (sessões de 1829).
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Estudos do bem comum*. Série Pensamento Econômico Brasileiro, 1. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Leituras de economia política*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1827.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Memória dos benefícios políticos de el-rey nosso senhor Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Observações sobre o comércio franco no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808/9.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Princípios de direito mercantil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1828.
- CAIRU, J.S.L. Visconde de. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

- CARVALHO, D. *Desenvolvimento e livre-comércio. (As idéias econômicas e sociais do visconde de Cairu. Um estudo de História do pensamento econômico brasileiro)*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1985.
- COSTA, J.S.M. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. In: Memórias sobre a escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Petrônio Portela, 1988.
- FENELON, D. *Cairu e Hamilton: um estudo comparativo*. Belo Horizonte: 1973. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- KOSTER, H. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1942.
- LIMA SOBRINHO, B. *Antologia do Correio Brasiliense*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1974.
- NOVAIS, F. *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. *Revista Brasileira de História*, 7:105-118, 1984.
- PAIN, A. *Cairu e o liberalismo econômico*. Coleção Os brasileiros. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- PRADO JUNIOR, C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- PEREIRA, J. F. *Cairu revisitado: uma contribuição ao estudo do reformismo liberal*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.
- ROCHA, A.P. *O nascimento da economia política no Brasil*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- VALLE CABRAL, A. *Vida e escritos de José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1958.
- VILHENA DE MORAES, E. *Perfil de Cairu*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958, v. 42.
- VIANNA, H. *Contribuição à história da imprensa brasileira: 1812/1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.